

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: FUNDAMENTOS, PRÁTICAS E DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS****LITERACY AND LITERACY: FUNDAMENTALS, PRACTICES, AND CONTEMPORARY
CHALLENGES** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.011-027>**Jermanio Simão de Jesus**

Licenciado em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Cidade Verde UniCV.
Mestrando no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHistória/UFMT.
E-mail: jermaniosimao@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6566170347157033>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0968-6606>

Adriana do Carmo Marques

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
E-mail: adriana-cm1@hotmail.com

Lindiane Jesus de Almeida Gomes

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
E-mail: lindiane.ja@gmail.com

Adriana Fernandes Pio Pinto

Licenciatura em Pedagogia –
Universidade Cesumar - UNICESUMAR
Especialista em Educação Infantil, Alfabetização e Letramento e Neuropsicopedagogia–
Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera
E-mail: dri_pio@hotmail.com

Gislayne Silva Nunes

Licenciada em Pedagogia
Universidade Norte do Paraná (UNOPAR)
E-mail: gislayne_nunes14@hotmail.com

Valéria Augusta Cruz Pinto

Licenciada em Pedagogia
Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Rondonópolis - Mato Grosso, Brasil
E-mail: valeria.opo@gmail.com

Viviane Aparecida de Almeida

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Cuiabá (UNIC)
E-mail: vivianealmeiida@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir os conceitos, fundamentos e práticas relacionadas à alfabetização e ao letramento no contexto educacional brasileiro. Com base em autores como Paulo Freire, Magda Soares, Emilia Ferreiro e Leda Tfouni, analisam-se as distinções conceituais entre alfabetização e letramento, suas implicações pedagógicas, e a importância da articulação entre ambos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, o artigo traça um panorama histórico da alfabetização no Brasil, destacando os desafios estruturais enfrentados pelo sistema educacional ao longo do tempo. São exploradas diferentes abordagens metodológicas utilizadas no ensino da leitura e da escrita, bem como a contribuição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a organização curricular. O texto ressalta ainda o papel da escola e do professor na formação de sujeitos críticos e autônomos, enfatizando a necessidade de políticas públicas eficazes e formação docente contínua. Conclui-se que alfabetizar letrando é uma tarefa ética, política e pedagógica essencial para garantir a equidade e a cidadania plena.

Palavras-chave: Alfabetização; Letramento; Educação básica; Formação docente; BNCC.

ABSTRACT

This article aims to discuss the concepts, foundations, and practices related to literacy and literacies within the Brazilian educational context. Based on the contributions of authors such as Paulo Freire, Magda Soares, Emilia Ferreiro, and Leda Tfouni, it analyzes the conceptual distinctions between literacy (as the acquisition of the writing system) and literacies (as social uses of written language), their pedagogical implications, and the importance of articulating both processes in teaching and learning. Furthermore, the article outlines the historical development of literacy education in Brazil, highlighting structural challenges faced by the educational system over time. Different methodological approaches to reading and writing instruction are explored, as well as the role of the National Common Curricular Base (BNCC) in curriculum organization. The article also emphasizes the role of schools and teachers in the formation of critical and autonomous individuals, underlining the need for effective public policies and ongoing teacher education. It concludes that to "literacy with literacies" is an ethical, political, and pedagogical commitment essential to ensuring equity and full citizenship.

Keywords: Literacy; Literacies; Basic education; Teacher training; BNCC.



1 INTRODUÇÃO

A alfabetização e o letramento são temas centrais na educação básica, especialmente nas etapas iniciais da escolarização. Compreendê-los em suas complexidades é fundamental para garantir uma educação de qualidade, inclusiva e transformadora. O Brasil, ao longo das décadas, enfrentou inúmeros desafios no campo da alfabetização, o que impacta diretamente o desempenho escolar dos alunos e o exercício pleno da cidadania.

Este artigo tem como objetivo analisar os fundamentos teóricos, históricos e metodológicos da alfabetização e do letramento, destacando suas diferenças, inter-relações e implicações pedagógicas. Para tanto, propõe-se uma abordagem crítica e fundamentada, com base em autores como Soares (2004), Freire (1989) e Tfouni (1995), além de documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A partir de uma revisão bibliográfica, serão discutidas as principais metodologias, as políticas públicas voltadas à alfabetização, os papéis da escola e do professor nesse processo e os desafios enfrentados, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

“A alfabetização é mais do que um processo técnico de ensino de letras e sons; é um ato político de libertação e de construção de significados” (Freire, 1989, p. 45)

2 CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização pode ser definida como o processo pelo qual o indivíduo adquire o domínio do sistema alfabético da escrita, ou seja, aprende a decodificar e codificar a linguagem por meio de letras e sons. Esse processo está diretamente relacionado à aprendizagem da leitura e da escrita em sua forma mais elementar.

Segundo Soares (2004), a alfabetização envolve a capacidade de compreender que a escrita representa sons e que esses sons se organizam em palavras com sentido. Para a autora, “alfabetizar é garantir que o aluno compreenda o princípio alfabético e consiga operar com ele de forma autônoma”.

“Ser alfabetizado é ser capaz de compreender o funcionamento da escrita alfabética, reconhecendo o valor sonoro das letras, a segmentação das palavras e a correspondência entre sons e grafias.” (Soares, 2004, p. 15)

No entanto, é importante compreender que a alfabetização não se limita à memorização de letras, sílabas ou palavras isoladas. Trata-se de um processo que requer significado, intenção comunicativa e inserção em práticas sociais de leitura e escrita. Como destaca Freire (1996), a alfabetização precisa considerar a realidade social e cultural do educando, valorizando sua linguagem e seu contexto de vida. “Ensinar a ler e escrever é um ato de criação, de reconstrução do mundo vivido, e não de simples transposição de letras para o papel.” (FREIRE, 1996, p. 58)



Assim, alfabetizar é iniciar o sujeito em um universo simbólico de comunicação, expressão e participação social. O processo deve ser contextualizado, significativo e intencional, permitindo que o aluno reconheça a funcionalidade da leitura e da escrita no seu cotidiano.

3 O QUE É LETRAMENTO

Letramento é um conceito que ultrapassa os limites técnicos da alfabetização. Ele está relacionado à capacidade de uso social da leitura e da escrita nas mais diversas situações comunicativas. De acordo com Soares (2002), letramento refere-se às práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, destacando o papel da linguagem escrita nas interações sociais. “Letrado é aquele que, além de saber ler e escrever, sabe usar a leitura e a escrita em práticas sociais, nas mais variadas esferas da vida: escola, trabalho, lazer, religião, política.” (Soares, 2002, p. 36)

A autora destaca que é possível encontrar sujeitos alfabetizados, mas não letrados, ou seja, que dominam a técnica da leitura e da escrita, mas não a utilizam de maneira funcional em seu cotidiano. Inversamente, há pessoas que, mesmo sem domínio pleno da escrita, participam de práticas de letramento por meio da oralidade e da cultura local.

Tfouni (1995) reforça essa distinção ao argumentar que o letramento está mais vinculado ao contexto social do que ao domínio técnico da escrita. Assim, letrar é permitir ao sujeito o uso crítico e consciente da linguagem escrita.

“O letramento, diferentemente da alfabetização, diz respeito ao uso competente da leitura e da escrita, situadas em contextos culturais específicos.” (TFOUNI, 1995, p. 19)

Nesse sentido, o letramento envolve a construção de sentidos, a compreensão de diferentes gêneros textuais e a habilidade de circular entre diversas esferas do conhecimento escrito. Portanto, letrar é ampliar as possibilidades de interação social, de expressão e de cidadania.

4 DIFERENÇAS ENTRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Durante muito tempo, os conceitos de alfabetização e letramento foram utilizados como sinônimos. No entanto, a partir da década de 1980, com os estudos de autores como Magda Soares, Emilia Ferreiro e Mary Kato, tornou-se clara a distinção entre ambos.

Enquanto a alfabetização refere-se ao domínio do código escrito — saber ler e escrever no plano mecânico —, o letramento está relacionado ao uso social desse conhecimento. É possível, portanto, que uma criança esteja sendo alfabetizada e letrada simultaneamente, caso o processo de ensino considere o uso funcional da linguagem.

Soares (2004) resume essa distinção com clareza:



“A alfabetização é o processo de aquisição do sistema alfabético de escrita; o letramento é a inserção e a participação em práticas sociais que envolvem a língua escrita.” (Soares, 2004, p. 20)

Essa diferença tem implicações importantes para a prática pedagógica. Se o professor focalizar apenas a alfabetização, corre o risco de limitar a aprendizagem a exercícios mecânicos de leitura e escrita. Por outro lado, se considerar apenas o letramento, poderá negligenciar a sistematização necessária para o domínio da escrita.

Ferreiro (1989), ao estudar o processo de aquisição da escrita pelas crianças, já advertia para a importância de respeitar os níveis de compreensão da linguagem escrita, valorizando as hipóteses infantis e o seu papel ativo na construção do conhecimento.

“A criança não aprende a escrever por repetição, mas por construção: ela formula hipóteses, testa, erra, reconstrói.” (FERREIRO, 1989, p. 42)

Desse modo, uma educação que visa alfabetizar letrando precisa articular a sistematização do código escrito com a vivência de práticas significativas de leitura e escrita no cotidiano escolar.

5 A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

A história da alfabetização no Brasil está marcada por desigualdades estruturais e por políticas públicas que, por muito tempo, não priorizaram a educação das classes populares. Durante o período colonial e imperial, a alfabetização era privilégio das elites, muitas vezes promovida por padres e mestres particulares, com fins catequéticos ou administrativos.

Somente com a Proclamação da República, no final do século XIX, surgiram políticas voltadas à escolarização da população em maior escala. No entanto, o analfabetismo permaneceu elevado durante décadas, sobretudo nas regiões mais pobres do país.

No século XX, diversas reformas educacionais buscaram ampliar o acesso à alfabetização, com destaque para o Movimento de Educação de Base (MEB) e o método Paulo Freire. A proposta freiriana defendia uma educação voltada à consciência crítica e à libertação dos oprimidos, com base no diálogo e na valorização do saber popular. Em suas palavras:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, por isso a alfabetização não pode ser um processo mecânico. É preciso partir da realidade vivida pelo educando, para que ele perceba a escrita como uma forma de significar o mundo. (FREIRE, 1989, p. 11)

A partir da década de 1980, com a redemocratização do país, a alfabetização passou a ser entendida como um direito social, integrado às políticas de universalização do ensino. Ainda assim, dados do IBGE e avaliações nacionais como o SAEB e a ANA mostram que as taxas de analfabetismo funcional ainda persistem, sobretudo entre os jovens e adultos que não tiveram acesso adequado à educação básica.



Nesse cenário, a alfabetização no Brasil deve ser compreendida como uma construção histórica atravessada por interesses políticos, desigualdades sociais e disputas ideológicas sobre o papel da escola.

6 ABORDAGENS METODOLÓGICAS

Diversas abordagens metodológicas foram desenvolvidas ao longo do tempo para o ensino da leitura e da escrita. Entre as principais, destacam-se o método sintético, o método analítico e as propostas construtivistas. O método sintético parte da decomposição das palavras em elementos menores, como letras e sílabas, progredindo da parte para o todo. É uma abordagem tradicional, ainda bastante presente em livros didáticos e avaliações padronizadas.

O método analítico, por sua vez, propõe o caminho inverso: parte do todo (palavra ou texto) para a análise das partes constituintes. Ele valoriza a percepção global da linguagem e sua função comunicativa. Já as propostas construtivistas, inspiradas nos estudos de Emilia Ferreiro, consideram que a criança constrói hipóteses sobre a escrita, a partir de sua interação com o meio letrado.

A criança, desde muito cedo, participa de práticas sociais de leitura e escrita, ainda que não alfabetizada. Ela observa, interpreta, questiona, formula hipóteses. O papel do educador é acompanhar esse processo, respeitando as etapas cognitivas do sujeito.” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1991, p. 35)

Essas abordagens não são excludentes entre si. O que se espera da prática pedagógica é que ela seja coerente com o contexto do aluno, com os objetivos de aprendizagem e com os recursos disponíveis. Alfabetizar com qualidade exige planejamento, formação docente e sensibilidade para lidar com os diferentes ritmos de aprendizagem.

Em consonância com essa perspectiva, Soares (2003) defende uma alfabetização que seja ao mesmo tempo técnica e social, garantindo o domínio do código e o desenvolvimento do letramento. “A alfabetização precisa ser integrada ao letramento desde o início do processo, para que o estudante compreenda o valor social da escrita e possa utilizá-la em sua vida cotidiana.” (Soares, 2003, p. 44)

7 A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO SIGNIFICATIVA E CONTEXTUALIZADA

A alfabetização significativa ultrapassa o campo da simples instrução mecânica. Ela está ancorada na noção de que o processo de aprender a ler e a escrever deve ser vivenciado pelo aluno como algo com sentido real, conectado à sua realidade, às suas experiências de vida e às suas práticas sociais. Quando esse processo é descontextualizado, tende a se tornar enfadonho, desestimulante e, muitas vezes, excludente.

Uma alfabetização significativa exige que o educador compreenda os sujeitos que estão em sala de aula: suas histórias, linguagens, culturas e visões de mundo. Nesse sentido, a pedagogia freireana é central, pois defende que o conhecimento é construído a partir do diálogo entre o educador e o educando. A



linguagem, para Freire (1987), é carregada de intencionalidade, e é no cotidiano que se deve buscar as palavras geradoras que farão sentido para cada grupo.

“Ensinar a ler e a escrever não é um ato neutro; é, antes, um compromisso com a leitura do mundo” (FREIRE, 1987, p. 29).

A escola, ao valorizar práticas contextualizadas de leitura e escrita, permite que o aluno compreenda os usos sociais da linguagem. Isso significa que o ensino da língua escrita deve considerar diferentes gêneros textuais, diferentes finalidades comunicativas e diferentes suportes – da carta pessoal ao bilhete, do texto jornalístico ao meme digital.

Além disso, deve-se considerar que o aluno, ao chegar à escola, já possui conhecimentos prévios sobre a linguagem. Ele já interage com signos, com símbolos, com histórias orais, com imagens e com múltiplas formas de comunicação. O papel do educador é articular esse repertório com o universo da cultura escrita, ampliando suas possibilidades de expressão e compreensão.

Kleiman (2005) argumenta que o ensino da linguagem precisa considerar as práticas letradas como práticas sociais, ou seja, ações concretas que os sujeitos realizam em contextos específicos. Ao ensinar a escrever um bilhete ou ler um panfleto, por exemplo, o professor não ensina apenas a estrutura do texto, mas também o seu uso social, sua função comunicativa e seu valor simbólico.

Por essa razão, as práticas pedagógicas precisam ser dialógicas e abertas à escuta ativa. Um ensino centrado apenas em métodos tradicionais de silabação, cópia ou memorização tende a ignorar a riqueza cultural dos estudantes e não favorece o pensamento crítico. Ao contrário, uma alfabetização crítica envolve o estudante em projetos de leitura e escrita que mobilizem suas vozes, sua criatividade e sua capacidade de análise.

Ademais, é importante considerar a diversidade linguística presente nas salas de aula brasileiras. Muitas crianças têm como língua materna variantes regionais, dialetos ou até outras línguas, como o português afro-brasileiro, línguas indígenas e o libras. Uma alfabetização significativa respeita essas expressões e constrói pontes entre elas e a língua padrão, sem imposição autoritária.

“Ensinar a norma culta não pode significar negar a legitimidade das outras formas de fala” (Geraldi, 1997, p. 22).

Finalmente, uma alfabetização contextualizada é também aquela que se abre ao mundo digital. Em tempos de múltiplas linguagens e suportes, ensinar a ler e escrever implica também ensinar a navegar criticamente na internet, a reconhecer fake news, a interpretar imagens e vídeos, a produzir conteúdo em redes sociais de maneira ética. O letramento digital passa a ser uma extensão necessária do processo educativo.



8 A ALFABETIZAÇÃO NA BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, estabelece competências e habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica. No caso da alfabetização, o documento propõe que ela ocorra preferencialmente nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, ainda que reconheça diferentes tempos de aprendizagem.

No campo da Língua Portuguesa, a BNCC organiza as habilidades em campos de experiência e práticas de linguagem, considerando a leitura, a escrita, a oralidade, a análise linguística e a escuta. O objetivo é formar um aluno capaz de utilizar a linguagem de forma crítica, criativa e significativa.

A alfabetização, como processo de apropriação do sistema alfabético de escrita e de ampliação das práticas de letramento, deve assegurar que todos os alunos, ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, consigam ler e escrever textos de forma autônoma e significativa.” (BRASIL, 2017, p. 60)

A BNCC reconhece que o processo de alfabetização deve ir além da técnica. Por isso, enfatiza a importância de desenvolver práticas de leitura e escrita com sentido, articuladas a diferentes gêneros e suportes textuais. Isso implica superar atividades mecânicas, como cópias e repetições, para promover experiências autênticas de linguagem.

Essa orientação reforça o papel do professor como mediador das práticas de letramento e da construção do conhecimento linguístico. No entanto, a implementação da BNCC tem gerado críticas por parte de educadores e pesquisadores, que apontam a centralização curricular, a desvalorização do contexto local e o risco de padronização do ensino.

9 O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR

Nesse processo de alfabetização e letramento, a escola ocupa um lugar central, não apenas como espaço físico, mas como um ambiente simbólico onde se produzem práticas discursivas, saberes e subjetividades. Ao discutir o papel da escola, é necessário destacar que ela não opera isoladamente, mas está inserida em um contexto histórico, político e social que influencia profundamente seus métodos, objetivos e resultados.

Historicamente, a escola foi concebida como um espaço de reprodução cultural, onde as normas sociais, os valores dominantes e as estruturas de poder eram mantidas e reforçadas. No entanto, com o avanço das teorias críticas da educação, especialmente a partir da segunda metade do século XX, passou-se a entender a escola como possível espaço de resistência e transformação. Essa virada conceitual alterou significativamente o modo como a alfabetização passou a ser tratada.

Segundo Arroyo (2006), a escola pública no Brasil enfrenta inúmeros desafios estruturais que afetam diretamente o processo de alfabetização: precariedade de recursos, formação deficitária dos



professores, ausência de políticas públicas consistentes e descontinuidade de programas educacionais. Apesar disso, ela permanece sendo o principal instrumento de democratização do conhecimento e de acesso à cultura letrada.

“A escola é muitas vezes o único espaço onde as crianças pobres têm acesso à linguagem escrita, e é aí que ela se torna fundamental como direito social” (Arroyo, 2006, p. 52).

Para que a alfabetização seja eficaz e transformadora, é preciso que o trabalho pedagógico esteja alinhado com a realidade dos alunos, que leve em conta seus repertórios linguísticos, culturais e afetivos. Isso implica romper com modelos homogêneos e centrados na norma culta como única forma legítima de linguagem.

A proposta de uma escola inclusiva e crítica se articula, nesse sentido, com as diretrizes de uma pedagogia do letramento que respeite a diversidade e promova a equidade. Como destaca Magda Soares (2003), o letramento escolar deve preparar os alunos para utilizar a linguagem escrita nas mais variadas esferas sociais, como no mundo do trabalho, na participação política, nas práticas religiosas, nos espaços de lazer e na vida cotidiana.

Além disso, a escola deve ser entendida como um espaço de produção de sentidos. Isso significa que os conteúdos trabalhados devem fazer sentido para os alunos, dialogar com suas vivências e possibilitar a construção coletiva do conhecimento. Um currículo significativo não é aquele que apenas cumpre metas ou segue apostilas, mas aquele que forma sujeitos capazes de agir criticamente em seu meio.

Assim, a escola precisa de políticas públicas comprometidas com a justiça social e a formação docente contínua. Também é fundamental o fortalecimento do vínculo entre família, comunidade e escola, criando redes de apoio que favoreçam o desenvolvimento integral do aluno.

Embora a escola tenha um papel fundamental na consolidação do processo de alfabetização e letramento, e é no espaço escolar que a leitura e a escrita se sistematizam, transformando-se em objeto de reflexão e prática, no entanto, esse processo não ocorre de forma neutra; ele está profundamente vinculado à formação do professor e às condições institucionais oferecidas pela escola.

O professor é o agente mediador da construção do conhecimento. Ele é responsável por criar situações de aprendizagem que favoreçam o contato do aluno com diferentes gêneros textuais, linguagens, suportes e práticas sociais da escrita. Nesse sentido, sua função vai muito além da simples transmissão de conteúdo.

Como afirma Paulo Freire:

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender.” (Freire, 1996, p. 47)



Dessa forma, é necessário que a formação docente contemple tanto os aspectos didáticos quanto os fundamentos teóricos e políticos da educação. Um professor alfabetizador precisa conhecer o desenvolvimento linguístico da criança, mas também compreender seu papel social e cultural no processo de ensino. A escola, por sua vez, deve garantir infraestrutura, tempo pedagógico e materiais adequados para que o trabalho do professor seja efetivo. O compromisso com a qualidade da alfabetização não pode se restringir ao indivíduo, mas deve envolver toda a instituição.

10 DESAFIOS ATUAIS DA ALFABETIZAÇÃO

Apesar dos avanços nas políticas educacionais, a alfabetização no Brasil ainda enfrenta inúmeros desafios. Dentre eles, destacam-se: desigualdades regionais, precariedade da formação docente, políticas públicas descontinuadas, ausência de recursos pedagógicos e dificuldades na gestão escolar.

Segundo dados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), realizada pelo INEP, uma parcela significativa dos alunos brasileiros não atinge níveis satisfatórios de leitura e escrita ao final do 2º ano do ensino fundamental. Isso evidencia um problema estrutural, que demanda ações intersetoriais.

Como destaca Soares:

“Não basta colocar a criança na escola. É preciso garantir condições reais para que ela aprenda a ler e escrever com compreensão e significado. Isso inclui a formação do professor, o projeto pedagógico da escola e a valorização da cultura escrita no cotidiano escolar.” (SOARES, 2003, p. 62)

Além disso, o contexto de pandemia da Covid-19 agravou o cenário de exclusão educacional, especialmente entre os estudantes mais pobres. A interrupção das aulas presenciais dificultou a alfabetização de milhares de crianças em fase inicial do processo.

O desafio atual não é apenas garantir o acesso à escola, mas assegurar uma alfabetização com qualidade, equidade e sentido social.

11 POLÍTICAS PÚBLICAS E A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

O percurso da alfabetização no Brasil não pode ser compreendido sem considerar as políticas públicas que, ao longo das décadas, buscaram responder aos elevados índices de analfabetismo e ao desafio da inclusão escolar. Desde a década de 1930, com a criação do Ministério da Educação, diversos programas e iniciativas foram formulados, mas nem sempre de forma articulada ou com continuidade.

Durante o regime militar, foram implantados programas como o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que, embora ambicioso, foi criticado por seu caráter tecnicista e despolitizado. Já nas décadas de 1980 e 1990, com o avanço das lutas sociais e a redemocratização, surgiram programas como o Alfabetização Solidária e, mais tarde, o Profa (Programa de Formação de Professores Alfabetizadores).



No século XXI, destaca-se o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), criado em 2012, que visava assegurar a alfabetização de todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental. O programa trouxe avanços, como a formação continuada de professores, materiais de apoio pedagógico e avaliações nacionais como a ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização). “O PNAIC representou uma tentativa de articular alfabetização, letramento, gestão escolar e avaliação, tendo como base o direito de aprendizagem e a responsabilidade compartilhada entre União, estados e municípios.” (Brasil, 2015, p. 10)

Apesar dessas iniciativas, os desafios permanecem. A descontinuidade das políticas públicas, mudanças frequentes nos currículos e a ausência de financiamento adequado comprometem a efetividade das ações. A alfabetização, para ser efetiva, requer políticas de Estado — e não apenas de governo —, com planejamento de longo prazo, diálogo com os educadores e compromisso com a equidade.

12 A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA ALFABETIZAÇÃO

Com o avanço das tecnologias digitais e sua inserção crescente no cotidiano escolar, novos horizontes se abrem para o ensino da leitura e da escrita. Ferramentas como tablets, plataformas interativas, jogos educativos e recursos audiovisuais passaram a integrar as práticas pedagógicas de muitas escolas, alterando a dinâmica do processo de alfabetização.

No entanto, o uso dessas tecnologias exige uma mediação crítica por parte dos professores. Não se trata de substituir os métodos tradicionais, mas de incorporar recursos digitais como apoio à construção do conhecimento. As tecnologias, quando bem utilizadas, ampliam o repertório textual, favorecem o letramento digital e estimulam a participação ativa dos estudantes.

Segundo David Buckingham:

As novas mídias não substituem as antigas formas de leitura e escrita, mas as reconfiguram. Elas exigem novas competências que visam a ampliação das possibilidades de expressão e compreensão dos sujeitos. (BUCKINGHAM, 2010, p. 87)

Durante a pandemia de Covid-19, a dependência das tecnologias educacionais se intensificou. Muitos estudantes, porém, enfrentaram dificuldades de acesso à internet, à conectividade e à infraestrutura tecnológica básica. Essa realidade evidenciou ainda mais as desigualdades estruturais que afetam a alfabetização e o letramento em todo o país.

É fundamental, portanto, que a formação docente inclua o letramento digital, capacitando os professores a integrar criticamente os recursos tecnológicos ao planejamento pedagógico. A alfabetização no século XXI não pode ignorar as linguagens multimodais, os textos digitais e os ambientes virtuais de aprendizagem.



13 CONSIDERAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PROCESSO DE ALFABETIZAR LETRANDO

Alfabetizar não é apenas ensinar o código escrito, mas inserir o sujeito em práticas de linguagem com significado social, cultural e político. Nesse sentido, alfabetizar letrando é um ato ético e político, pois envolve a construção de sujeitos críticos e autônomos, capazes de compreender e transformar a realidade por meio da linguagem.

Paulo Freire é o maior expoente dessa concepção. Para ele, a alfabetização deve partir da realidade concreta do educando, respeitando seus saberes e promovendo uma leitura crítica do mundo.

A alfabetização do adulto deve ter como ponto de partida o universo vocabular do grupo a que ele pertence. Mas não apenas para facilitar a aprendizagem do código linguístico, e sim como meio de tornar esse grupo consciente de sua situação, e agir sobre ela. (FREIRE, 1989, p. 33)

Dessa forma, alfabetizar é também uma forma de resistência às estruturas excludentes da sociedade. É promover a justiça social por meio do acesso à linguagem escrita — uma ferramenta de empoderamento, cidadania e emancipação. O professor alfabetizador, nesse contexto, não é apenas um técnico, mas um agente de transformação.

14 DADOS ESTATÍSTICOS RECENTES SOBRE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Os dados mais recentes divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) por meio da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), realizada em 2016, revelaram que:

- 54,7% dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental apresentaram nível insuficiente de proficiência em leitura;
- 33,8% tiveram desempenho considerado adequado em leitura, e apenas 11,5% alcançaram o nível desejado;
- Em escrita, apenas 28,2% demonstraram domínio adequado da norma-padrão da língua.

A esses dados somam-se os efeitos agravantes da pandemia, que impactaram diretamente a alfabetização, especialmente entre crianças de baixa renda. Segundo levantamento da Fundação Lemann (2022), mais de 70% dos alunos entre 6 e 7 anos apresentaram defasagens na leitura e na escrita durante os dois anos de ensino remoto emergencial.

Diante desse cenário, torna-se evidente a urgência de políticas públicas integradas que articulem educação básica, formação docente, recursos pedagógicos e avaliação diagnóstica. O monitoramento sistemático das habilidades de leitura e escrita deve orientar a atuação pedagógica, garantindo o direito à alfabetização com qualidade.

15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização e o letramento devem ser compreendidos como processos contínuos, articulados e fundamentais para a construção da cidadania plena. Alfabetizar letrando é mais do que ensinar a codificar e decodificar palavras: é formar leitores críticos, capazes de atuar de forma consciente no mundo.

Ao longo deste artigo, discutiu-se a necessidade de compreender a alfabetização de forma integrada às práticas sociais da leitura e da escrita, valorizando tanto o domínio técnico do código quanto a inserção em contextos significativos. A distinção conceitual entre alfabetização e letramento, embora clara, não deve ser operacionalizada de maneira dissociada, mas sim interdependente.

As políticas públicas precisam ser formuladas com base em evidências, planejadas em longo prazo e acompanhadas de investimentos reais. A formação inicial e continuada de professores é elemento central nesse processo, bem como a valorização do trabalho docente e o reconhecimento do papel transformador da escola.

Entre as recomendações possíveis para o fortalecimento da alfabetização no Brasil, destacam-se:

- Implantação de programas nacionais com acompanhamento técnico-pedagógico contínuo;
- Inserção de práticas de letramento digital nos anos iniciais;
- Produção e distribuição de materiais contextualizados, com base na diversidade cultural brasileira;
- Fortalecimento dos processos avaliativos formativos, em vez de apenas somativos;
- Garantia de condições de trabalho adequadas para professores alfabetizadores.

Alfabetização e letramento são processos indissociáveis, fundamentais para a formação do sujeito crítico, participativo e cidadão. Compreendê-los em sua complexidade implica superar abordagens mecânicas e tecnicistas da leitura e da escrita, investindo em práticas pedagógicas significativas, contextualizadas e dialógicas. Ao longo deste artigo, evidenciou-se que o ensino da leitura e da escrita deve articular a aquisição do código alfabético com o uso social da linguagem. Para isso, o professor precisa estar preparado, a escola deve garantir condições adequadas, e o sistema educacional precisa atuar de forma articulada e contínua.

Como bem sintetiza Paulo Freire:

“A alfabetização é um ato de conhecimento, uma criação inventiva, um trabalho criador. Não é um processo mecânico de decodificação de palavras ou frases, mas uma relação dialética entre o leitor e o texto, mediada pelo mundo.” (FREIRE, 1989, p. 22)

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (FREIRE, 1996, p. 25)

Em síntese, alfabetizar letrando é comprometer-se com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural. É garantir que toda criança tenha o direito de se apropriar da linguagem como



ferramenta de expressão, compreensão e transformação da realidade. Portanto, torna-se um compromisso com o presente e o futuro. É reconhecer o poder da palavra como instrumento de inclusão, transformação e liberdade.



REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel González. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/bncc>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. 23. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula: leitura e produção*. 6. ed. Campinas: Mercado de Letras, 1997.
- GOES, Maria Simone; COSTA, Daniele Moreira Vieira. Concepção de leitura e política nacional de alfabetização: imagens na educação infantil. *Revista Brasileira de Alfabetização*, n. 19, p. 1–17, 2023. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- KLEIMAN, Ângela. *Letramento e prática social*. 8. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2005.
- OLIVEIRA, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque de; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Práticas de letramento na educação infantil: políticas públicas, formação docente e cotidiano escolar*. Campinas: Autores Associados, 2020.
- PIERRE, Patrícia Ferreira et al. Pedagogia da inclusão e alfabetização crítica: revisão de literatura. *Educação & Sociedade*, v. 42, n. 155, 2021. Disponível em: <https://educa.fcc.org.br>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- SILVA, Maria da Graça; SOARES, Magda. Polêmicas da alfabetização no Brasil: des/construções curriculares. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 3, p. 1259–1281, 2020.
- SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 7. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 5–17, 2004.



TFouni, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.